

ANÁLISE DA (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 525, § 15º, CPC/15, DIANTE DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA SEGURANÇA JURÍDICA

Pesquisador: Martin Magnus Petiz

Orientação: Prof. Dr. Daniel Francisco Mitidiero

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

O artigo 525, parágrafo 15º, do Código de Processo Civil de 2015, permite ação rescisória quando houver decisão transitada em julgado fundada em lei ou ato normativo inconstitucional. Nada obstante a vigência da Súmula nº 343/STF, que dispõe sobre o descabimento de ação rescisória quando a decisão rescindenda se fundar em texto legal com interpretação controvertida nos tribunais, o Supremo Tribunal Federal construiu entendimento de que o verbete não é aplicável em matéria constitucional. Para tanto, apresentou como fundamentos (i) a defesa de que a interpretação da Constituição conferida pelo STF é correta e (ii) a ideia de que o princípio da supremacia da Constituição deve prevalecer sobre a coisa julgada, em face da aplicação do princípio da eficácia *ex tunc* das sentenças declaratórias de inconstitucionalidade. A partir disso, mister a análise de tal dispositivo em face do princípio da segurança jurídica, uma vez que o parágrafo 15º do art. 525 do CPC/15 confere prevalência absoluta ao princípio da eficácia *ex tunc* das sentenças de inconstitucionalidade, bem como propõe a relativização da coisa julgada. Logo, o presente trabalho visa a responder se a norma contida no referido dispositivo é constitucional, pois, enquanto norma infraconstitucional, almeja a desconstituição de decisão com trânsito em julgado, oferecendo afronta à segurança jurídica, princípio de relevo constitucional do qual deriva a coisa julgada. Para responder à pergunta formulada, utilizar-se-á do método dedutivo para buscar compreender as especificidades da aplicação do princípio da segurança jurídica em casos de alteração jurisprudencial fundados em declaração posterior de inconstitucionalidade do STF. Nesse sentido, será aplicada como técnica de pesquisa a revisão analítica e crítica da jurisprudência do STF e da doutrina quanto à aplicação de tal princípio, que é visto como possuindo hierarquia constitucional em nosso ordenamento. Partindo do estudo da evolução da teoria interpretativa do direito, a fim de demonstrar a consolidação do entendimento de que mais de uma norma jurídica pode ser extraída de um mesmo texto legal, será analisada a incidência do princípio da segurança jurídica, tanto na sua dimensão objetiva, através de regras constitucionais, como na sua dimensão subjetiva, no que se denomina princípio da proteção

da confiança, com o intuito de verificar-se a possibilidade de violação à segurança jurídica pela imposição de uma conduta que aquele sequer podia conhecer ao momento da sua ação. Destarte, o presente trabalho adota como hipótese a tese de que o princípio da proteção da confiança – aspecto subjetivo da segurança jurídica – deve ser protegido em casos de declaração de inconstitucionalidade, pois, haja vista o seu caráter constitucional, estará aquele no mesmo nível hierárquico que o princípio da eficácia *ex tunc* das sentenças de inconstitucionalidade, não havendo que se falar em violação à supremacia da Constituição, pois nenhum princípio do ordenamento jurídico é absoluto.

Palavras-chave: Ação rescisória. Sentença de inconstitucionalidade. Segurança jurídica. Proteção da confiança legítima. Coisa julgada.

